

O contexto político e o surgimento de Oliveira Salazar.

Resumo

António de Oliveira Salazar toma posse da pasta das finanças a 28 de abril de 1928 e, apesar de aceitar o cargo mediante várias cedências do governo a sua persona não é associada ao político de carreira, mas sim ao académico e técnico dedicado à causa pública chegando mesmo a dizer à imprensa que a política não lhe interessava, Contudo ao apor-se ao anterior ministro das finanças, Sinel de Cordes, num empréstimo externo e perante o falhanço deste ganha popularidade, espaço na imprensa e começa o seu nome a surgir como o ideal para substituir Sinel de Cordes. A par disto, neste breve trabalho, visamos também ilustrar numa primeira fase o contexto político e económico quer de Portugal quer internacional que abriu a porta à ditadura militar e posteriormente ao Estado Novo, este centrado num homem: Salazar.

O contexto político e o surgimento de Oliveira Salazar.

A nível internacional as crises de 1890/1, 1921 sobretudo a Grande Depressão, as memórias recentes da I Guerra Mundial, as revoluções operárias e a Revolução Bolchevique mostravam, para alguns, como o liberalismo e os seus governos falharam e mostravam-se mais desastrosos nos países mais atrasados e da Europa periférica, neste contexto os golpes militares surgem como possibilidade para trazer lucro acumulação de riquezas e acabar com abusos dos detentores de cargos políticos, para complementar em 1922 e nos anos seguintes:

“ o fascismo italiano tornara-se o paradigma pioneiro da época dos fascismos e o padrão das soluções a encontrar pelas direitas políticas e dos interesses das soluções a encontrar pelas direitas políticas, a ditadura de novo tipo.¹”

O fascismo de Mussolini servirá de inspiração e as direitas “ fascistizam-se; unem-se em torno de plataformas políticas e ideológicas que esbatem ou arbitram as suas diferenças históricas”, o Estado Novo também fará parte desta influência perpetuando a promessa de acabar com a desordem existente, considerada a culpa de todos os males e oriunda dos partidos políticos das lutas pelo poder: “ de fações, das revoluções, das intrigas, da corrupção, da balbúrdia parlamentarista e da demagogia do povo soberano”², no entanto, o que a direita corporativa nacional desejava ia mais longe e

¹ ROSAS, Fernando - *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2018, p. 26.

² Ibidem, p. 27.

contrariava o individualismo liberal, mas não estava explanado na Constituição de 1933, mas sim nos decretos que começavam a limitar direitos e a aplicar “ a condenação de comportamentos social e politicamente subversivos e desviantes de tudo o que a punha em causa.”³

A República falhou, em parte pela crise do liberalismo, mas em rigor o republicanismo nunca teve o apoio massivo dos portugueses, até porque sufrágio não era para todos, como tal podemos defini-lo como um fenómeno republicano minoritário e mais forte nas cidades e na classe média, basicamente atraia a burguesia e deixava de fora tanto a sociedade rural e católica, bastante expressiva no país como os conservadores, antigos detentores de privilégios nobiliárquicos e mesmo os comunistas, ou seja estavam no centro com extremos a pressionar o que levou à sua queda, se por um lado “ as classes conservadoras aglutinar-se-iam, paulatinamente em torno da defesa do conceito de ordem e do desiderato de um Estado que a mantivesse”⁴ pelo lado ideologicamente oposto há afastamento do movimento operário que “ decorre naturalmente da desilusão dos tempos de propaganda e da maneira como foi tratado: a cacete.”⁵ Os republicanos não souberam, não quiseram, ou não se aperceberam das fragilidades e não aglutinaram o bloco social e isso, a par da entrada na guerra ajudou e culminou no golpe militar de 1926 e à conseqüente queda da república.

28 de maio de 1926 em Braga tem início um golpe militar que avançou do interior norte para Lisboa e marca o fim da experiência da república em Portugal, se a 5 de outubro de 1910 a revolução foi da capital para o país, e também com relevo no Porto, esta parecia ser o Portugal rural a revoltar-se, Augusto de Costa diz que foi a “desforra da província sobre a capital.”⁶ Os militares começaram-se a organizar em Braga na madrugada de 27 para 28 de maio e associada ao general Gomes da costa, em nome de uma Junta de Salvação Pública, este plano militar pretendia conquistar o Porto, Santarém, Mafra, Évora e marchar sobre Lisboa, no dia 28 de maio as forças militares de Coimbra, Entroncamento, Lamego, Mafra, Portalegre anexam-se ao golpe e “ no dia seguinte adere a guarnição de Lisboa. No Porto , o general Sousa Dias, incapaz de reunir

³ Ibidem.

⁴ PAÇO, António Simões (coord.) - *1926- 1933 A Ascensão de Salazar*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2008, p. 43.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem, p. 54.

forças para resistir, comunicava a adesão da 3ª divisão do exército”⁷, na noite de 29 para 30 de maio o governo rende-se, António Maria da Silva sai e o presidente da república Bernardino Machado convida Mendes Cabeçadas para o governo e retira-se em seguida. Gomes da Costa quando está a marchar para Lisboa, mas numa paragem em Coimbra convida um professor universitário: António de Oliveira Salazar para ajudar as finanças do país, este hesita, mas acaba por aceitar.

António Maria da Silva, antes do golpe militar, estava numa situação complicada para travar os seus inimigos, muito por causa do desarmamento da GNR e porque os seus inimigos apostaram no exército, aliás “ a presença direta e simbólica dos militares no espaço público nunca tinha sido tão grande”⁸. Os militares apesar do aumento, “ o corpo de oficiais aumentara de 2000 para 4500”⁹, estavam insatisfeitos face aos salários baixos, promoções atrasadas e não lhes agravada a forma como a política favorecia alguns e não mantinha a ordem, no entanto tinham noção que eram essenciais para a política e o caso espanhol acabou por despoletar em alguns o desejo de um governo excecional:

“ A instauração em 1923 da ditadura do general Primo de Rivera em Espanha fez os inimigos do PRP encantarem-se com a ideia de um período de governo excecional sustentado pelas forças armadas.”¹⁰

Recorde-se que os militares de 1926 eram os mesmos do golpe de 18 de abril de 1925 onde foram derrotados, tornados réus e defendidos general Óscar Fragoso Carmona que os considerou homens de valor e afirmou, que em contrapartida, os que fazia mal à pátria estavam lá fora, o tribunal composto por sete generais absolveu os réus e “ o eco é enorme no país, com debates acerados na imprensa”¹¹, perante este episódio Carmona é demitido da IV Região militar, a mesma que a 28 de maio lhe é entregue para dirigir-se a Lisboa e derrubarem o governo.

A população apoiava o golpe, António Maria Silva demite-se a dia 30 de maio, Bernardino Machado a 31 depois de passar os poderes formalmente a Mendes

⁷ Ibidem.

⁸ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015, p. 622.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ PAÇO, António Simões (coord.) - *Op. cit.*, p. 55.

Cabeçadas. O parlamento foi derrubado a 9 de junho e a 22 de junho começa a limitar-se a liberdade de imprensa, nesta fase não parecia uma mudança de regime “dissoluções e censura tinham sido comuns em situações de emergência”¹², aliás dias depois a censura à imprensa fora cancelada e António Maria da Silva não acreditava na manutenção da ditadura militar, enganou-se.

A ditadura militar também teve conflitos internos, Mendes Cabeçadas é criticado pelos monárquicos e por não querer romper com os ideias da república e afasta-se, também os ministros “ Salazar, Mendes dos Remédios e Manuel Rodrigues - os três elementos civis do gabinete”¹³ colocam o lugar à disposição, mas surge novo golpe que acaba com Gomes da Costa preso e Carmona torna-se chefe do governo e chama Sinel de Cordes para as finanças, que por sua vez nomeia Salazar para a comissão de contribuições e impostos que passa a gerir. Oliveira Salazar em 30 de junho tinha já apresentado 10 projetos de decretos para reformular as finanças como: “contribuições prediais, impostos de transações e contribuição industrial, imposto profissional, impostos de capitais, contribuições de registo, impostos municipais”¹⁴, mas Sinel de Cordes não os coloca em Diário de República aqui começa a tensão e as críticas de Salazar a Sinel de Cordes em artigos como o “ Novidades, órgão do Patriarcado, onde então inicia a sua colaboração – instrumento que se revelaria decisivo na sua marcha para o poder.”¹⁵

Apesar do governo de Cabeçadas não correr bem Salazar não se afasta e para isso usa os seus conhecimentos em finanças que o tornam atrativo, tal como usa espaço mediático, seja em conferências ou artigos de jornais, no entanto Salazar aproxima-se do poder como um técnico e não um político de carreira e isso dá certo conforto a quem está no poder que não entende a ameaça.

Salazar é convidado para assumir a pasta das finanças a 28 de abril de 1928 do governo de Coronel Vicente Freitas após o fracasso do empréstimo feito por Sinel de Cordes no valor de “ 12 milhões de libras na praça londrina”¹⁶ que é rejeitado e obriga este a pedir a operação financeira à Sociedade das Nações que pedem duras garantias e levam Salazar a usar a coluna do Novidades para criticar, porque na sua opinião “ a contratação

¹² RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Op. cit.*, p. 623.

¹³ PAÇO, António Simões (coord.) - *Op. cit.*, p. 56.

¹⁴ *Ibidem*, p. 58.

¹⁵ ROSAS, Fernando - *Op. cit.*, p. 51.

¹⁶ *Ibidem*, p. 89.

de um empréstimo deveria estar sempre condicionada à obtenção prévia de equilíbrio do orçamental”. Salazar aceita ser ministro, mas mediante condições que assombram algo mais:

“O técnico financeiro, que se insinuara quase como independente da política, transmuta-se em candidato à chefia de um campo político dentro da ditadura e põe condições duríssimas para entrar no governo e revela um programa a médio prazo para fazer face aos problemas do país.”¹⁷

As intenções de Salazar não são apenas estabilidade nas contas públicas e controle e criação de novos impostos, mas sim o surgimento de um novo regime autoritário e corporativo tirando do poder militares republicanos conservadores. Quando Salazar toma posse, a 27 de abril de 1928 apresenta, no seu discurso os 4 princípios da ditadura financeira:

“Define quatro prioridades (os problemas financeiro, económico, social e político), a serem atacadas por essa ordem, e não por outra. Em relação ao problema financeiro, refere que este tem de ser resolvido sem recurso ao crédito, nem ao aumento de circulação, pois tal seria a desvalorização da moeda e a «dissipação do capital» — entenda-se: a continuação da fuga de capitais”¹⁸

Salazar vai além e torna-se o pivot informal entre a relação da Igreja Católica e da Ditadura, onde promete “não tomar medidas violadoras dos direitos concebidos aos católicos e à igreja por leis ou medidas de governos anteriores.”¹⁹ No entanto é o seu sucesso com a pasta das finanças e com a velocidade que equilibra o orçamento que lhe dá direito de veto sobre as contas dos outros ministérios e conquista Carmona com que terá uma relação de cumplicidade.²⁰

Desde que entra no governo Salazar não esconde que deseja ir além das finanças e que tem um programa político para o país e se em 1928, quando toma posse da pasta das finanças, começa a falar dos problemas económicos do país, mas também sociais e políticos é mesmo na parte política que pretende operar mais intensamente já que é aí que pode impor o seu programa através da legislação.

¹⁷ Ibidem, p. 88.

¹⁸ TELO, António José - *A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política, 1928-1932*. *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994(4.º), 779-800, p.17.

¹⁹ ROSAS, Fernando - *Op. cit.*, p. 92.

²⁰ Ibidem, p. 93.

O professor de Coimbra mostrou, antes de 1930, que era mais que um bom técnico, mas também um bom líder que podia levar o país num caminho diferente de liberalismo, após alguns conflitos em 1928, em que alguns pediam a demissão, em 1932 a base de apoio de Salazar já inclui os militares e as associações patronais, tal como igreja que sempre o apoiou, e como “o movimento sindical continuava praticamente morto, e também ele em vias de ser engolido pela organização corporativa, tinham desaparecido os centros principais a partir dos quais se podia organizar uma oposição efetiva.”²¹

Em 1932 Salazar chefiou o gabinete das finanças e conseguiu alcançar os seus objetivos a nível de contas públicas, no entanto não investiu na indústria do país, atrasada e sem aposta em tecnologia, Salazar preferiu aumentar as reservas de ouro do país e organizar as contas públicas e foi a parte económica “que garantiu o suporte social em que o Estado Novo se baseou nos anos 30”²² e se criaram as bases do que este seria.

O trunfo de Salazar, e a sua popularidade mesmo que não justa, associa-se à coordenação da economia perante a crise mundial de 1929 a 1931, e apesar de existir trabalho anterior dos republicanos a crise não afetou Portugal como outros países. A nível de oposição política os republicanos não se renderam, nem os monárquicos, mas a morte do rei D. Manuel sem filhos em 1932 permitiu a Salazar não ter com a monarquia uma preocupação genuína, por outro lado, os católicos também tinham uma opinião para a governação em que “a representação política da nação se fizesse através das famílias, associações e municípios”²³, mas nunca se organizaram contra Salazar até porque uma parte o apoiava, mas se as direitas da monarquia e do catolicismo dividiam-se, o autoritarismo não, a par que a ideia de um governo forte era aceite por muitos e a Constituição de 1933 aparentemente era abrangente e agradava a todos, até porque os condicionamentos da vida pública e dos direitos e garantias individuais não estava na Constituição, e o exercício do poder autoritário já era notório através de decretos leis que começaram logo após o golpe militar de 1926.

Conclusão

Em 28 de abril quando Oliveira Salazar toma posse na pasta das Finanças os republicanos estavam divididos e como tal a oposição era debilitada, a própria direita

²¹ TELO, António José - *Op. cit.*, p. 17.

²² *Ibidem*, p. 22.

²³ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Op. cit.*, p. 632.

que incluía os militares, os monárquicos e os católicos também não tinham voz uníssona para o que acreditam ser melhor para o país a nível de governação, mas Salazar além das reformas nas finanças pretendia reformas a nível social e político.

Em 1930 parecia que Salazar não tinha ninguém no executivo que o contrariasse, e apesar de vontade de alguns que conspiravam contra ele, detinha a popularidade e tinha caído nas graças da imprensa. A sua personagem inicial de técnico eficiente e sem ambições políticas, que apenas queria lecionar e ajudar o país tornava-o alguém de confiança. No país, muitos cansados da corrupção e da instabilidade política, apoiaram um homem sério que não vivia da política e apenas chegaria a esta para equilibrar as finanças do país, aliás, Salazar só começa a ter uma grande massa crítica, bem que silenciada, quando se percebeu que queria romper com o passado liberal e criar um Estado à sua imagem e com instituições controladas por este.

Em 1930 o orçamento e as contas públicas estava equilibradas, reduziu-se a dívida flutuante interna, tal como a dívida externa, Salazar ganhava influência e conquistava o povo e a elite conservadora, a imprensa que criticara os decretos que violavam as liberdades e garantias individuais e a liberdade de expressão também se mostravam rendidas ao trabalho de Salazar e pediam-lhe entrevistas, artigos de opinião e até exaltavam como Oliveira Salazar era elogiado na imprensa internacional ao replicar conteúdos e a destacar como este estava a elevar o país, em rigor, Salazar era o mais popular ministro do governo e, além disso, limitava financeiramente os outros ministérios, uma das condições que apresentou para aceitar o cargo. Para terminar Salazar tinha a igreja, em grande parte, consigo até porque esta tinha perdido poderes com a separação do Estado e da Igreja à luz da Constituição de 1911, e com o tempo conquistou também muitos generais e os próprios monárquicos, uns por falta de alternativa, outros porque cumpriam ordens de D. Manuel II e com o apoio ou inação ganharam posições elevadas no país e ajudas financeiras.

Em 1930, no 4º aniversário da Revolução Nacional, Salazar deu um grande paço na estratégia que criara ao dizer que a ditadura tinha que ter uma finalidade política, apenas não disse que ele seria o protagonista dessa reforma que foi o Estado Novo.

Bibliografia

PAÇO, António Simões (coord.) - *1926- 1933 A Ascensão de Salazar*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2008.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo - História de Portugal. Lisboa: Esfera dos Livros , 2015.

TELO, António José - *A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política, 1928-1932*. *Análise Social*, vol.XXIX (128), 1994(4.º), 779-800.

ROSAS, Fernando - *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2018.